

OFÍCIO

Ibiúna/SP., 04 de novembro de 2021.

Ofício nº. 461/2021
IC nº 14.0281.77/2021 – 2ª PJ Ibiúna

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para, nos termos do disposto no artigo 16 da Lei Estadual Complementar Nº 709, de 14 de janeiro de 1993, no § 5º do artigo 104 da Lei Complementar Estadual Nº 734, de 26 de novembro de 1993, e Aviso nº 386/2014-PGJ, solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de remeter o Ofício Nº 462/2021 anexo a Exma. Sra. Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Promotoria de Justiça de Ibiúna
e-mail: pjibiuna@mpsp.mp.br

Exmo. Sr.
Mário Luiz Sarrubbo
Procurador-Geral de Justiça – Presidente do E. Conselho Superior do Ministério Público
Rua Riachuelo, 115 – Sé
São Paulo – SP
CEP: 01.007-904



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Fatima Carboni Rodrigues Abramovitch**,
Promotor de Justiça, em 08/11/2021, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **4385377** e o código CRC **12FE59B9**.



29.0001.0084984.2021-63

4385377v3

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE SALVIANO CARVALHO DA COSTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-911-2GPH-56SC-2X0L

OFÍCIO

Ibiúna/SP., 04 de novembro de 2021.

Ofício nº. 462/2021**IC nº 14.0281.77/2021 – 2ª PJ de Ibiúna**

Prezada Senhora,

Sirvo-me do presente, com cópias em anexo, para comunicar Vossa Senhoria acerca da instauração do Inquérito Civil em tela, bem como solicito que informe, se possível no prazo de 30 dias, se há algum procedimento em trâmite para acompanhar as providências adotadas pelo Município da Estância Turística de Ibiúna para adequação das irregularidades na área de Saúde Pública apontadas na análise das contas do exercício de 2017, notadamente:

(a) a ausência de AVC, de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e de salas de vacinação nas unidades básicas de saúde, e

(b) número deficiente de equipes da Saúde da Família e de Saúde Bucal, as quais não cobrem toda a população do Município.

Em caso de resposta afirmativa, solicito o encaminhamento do relatório atualizado das constatações.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Promotoria de Justiça de Ibiúna
e-mail: pjibiuna@mpsp.mp.br

Exma. Sra.
Cristiana de Castro Moraes
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Avenida Rangel Pestana, 315
Centro – SP
CEP: 01017-906

Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Fatima Carboni Rodrigues Abramovitch**,
Promotor de Justiça, em 08/11/2021, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **4385547** e o código CRC **6064B734**.

29.0001.0084984.2021-63

4385547v4

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE SALVIANO CARVALHO DA COSTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-9911-2GPH-56SC-2X0L

DESPACHO**PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL****Área:** Saúde Pública**Investigada:** Prefeitura Municipal de Ibiúna

Objeto: apuração de irregularidades na área de Saúde Pública detectadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao analisar as contas do Município de Ibiúna referentes ao exercício de 2017: ausência de AVC, de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e de salas de vacinação nas unidades básicas de saúde, e número deficiente de equipes da Saúde da Família e de Saúde Bucal, as quais não cobrem toda a população do Município.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, pelo artigo 25, IV, "a", da Lei Federal n.º 8.625/93, pelo art. 103, VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 734/93, com fundamento nas Leis n.º 7.347/85 e 8.078/90, e:

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao analisar as contas do Município de Ibiúna referentes ao exercício de 2017, apontou as seguintes irregularidades: ausência de AVC, de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e de salas de vacinação nas unidades básicas de saúde, número deficiente de equipes da Saúde da Família e de Saúde Bucal, as quais não cobrem toda a população do Município, e não implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus), sendo que a última não era obrigatória;

CONSIDERANDO que *a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação* (art. 196, Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à Justiça, responsável pela defesa da ordem jurídica e tutela dos interesses sociais e dos individuais indisponíveis (Constituição da República, art. 127);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo, se necessário, o inquérito civil e a ação civil pública (artigo 129, I e II, da Constituição Federal);

Resolve **INSTAURAR** o presente **INQUÉRITO CIVIL**, com o **objetivo de apurar irregularidades na área de Saúde Pública detectadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao analisar as contas do Município de Ibiúna referentes ao exercício de 2017: ausência de AVC, de alvará de**

funcionamento da Vigilância Sanitária e de salas de vacinação nas unidades básicas de saúde, e número deficiente de equipes da Saúde da Família e de Saúde Bucal, as quais não cobrem toda a população do Município.

Consoante o disposto no artigo 31 da Resolução n.º 1.342/2021-CPJ, nomeio o Oficial de Promotoria Fábio Rockenbach de Carvalho Vieira Gomes para secretariar o presente Inquérito Civil.

Determino a realização das seguintes diligências:

1. Registre-se a presente portaria no SIS-MP-INTEGRADO.

2. Oficie-se à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibiúna, cientificando-a da instauração do inquérito civil e solicitando que, no prazo de 30 dias:

a) apresente cronograma de adequação estrutural das unidades básicas de saúde, que deverá contemplar, necessariamente, a obtenção de AVC, de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e a adequação das salas de vacinação;

b) informe quantas são as equipes da Saúde da Família e de Saúde Bucal, quem as compõe e qual a abrangência territorial de cada uma delas.

3. Oficie-se à Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através da Procuradoria-Geral de Justiça, cientificando-a da instauração e solicitando que informe, se possível no prazo de 30 dias, se há algum procedimento em trâmite para acompanhar as providências adotadas pelo Município da Estância Turística de Ibiúna para adequação das irregularidades na área de Saúde Pública apontadas na análise das contas do exercício de 2017, notadamente: (a) a ausência de AVC, de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e de salas de vacinação nas unidades básicas de saúde, e (b) número deficiente de equipes da Saúde da Família e de Saúde Bucal, as quais não cobrem toda a população do Município. Em caso de resposta afirmativa, solicite-se relatório atualizado das constatações.

4. Com as respostas, nova conclusão. Decorridos os prazos sem respostas, reiterem-se os ofícios.

Ibiúna, 29 de outubro de 2021.

THIAGO HENRIQUES BERNINI RAMOS

Promotor de Justiça

(acumulando)

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Henrique Bernini Ramos, Promotor de Justiça**, em 29/10/2021, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **4355910** e o código CRC **2BC5F7AE**.

29.0001.0084984.2021-63

4355910v2

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE SALVIANO CARVALHO DA COSTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-9911-2GPH-56SC-2X0L

OFÍCIO

Data infra.

À
Excelentíssima Senhora
Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Ofício nº 3004/2021 – EXPPGJ

Processo SEI nº 29.0001.0223397.2021-31
IC nº 14.0281.77/2021 – 2ª PJ de Ibiúna
(*Pede-se o uso destas referências*)

Senhora Conselheira-Presidente,

Nos termos do art. 104, § 5º, da Lei Complementar Estadual nº. 734, de 26 de novembro de 1993, encaminho a Vossa Excelência o pedido contido no ofício nº **462/2021** anexo, da **2ª Promotoria de Justiça de Ibiúna**, subscrito pela Promotora de Justiça **LUCIANA DE FATIMA CARBONI RODRIGUES ABRAMOVITCH**.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de apreço e consideração.

MÁRIO LUIZ SARRUBBO
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **MÁRIO LUIZ SARRUBBO, Procurador-Geral de Justiça**, em 16/11/2021, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **4456158** e o código CRC **CAF1FF0B**.